

O ESCRAVISMO DE PONTA-CABEÇA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

PAULO CESAR MONTAGNER

Coordenador Geral da Universidade

FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES

IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Coleção Várias Histórias

Comissão Editorial

LUCILENE REGINALDO, COORDENADORA (UNICAMP)

JEFFERSON CANO (UNICAMP) – MARGARIDA DE SOUZA NEVES (PUC-RJ)

SUEANN CAULFIELD (MICHIGAN UNIVERSITY)

REPRESENTANTE DO CONSELHO: CARLOS RAUL ETULAIN (UNICAMP)

FELIPE AZEVEDO E SOUZA
ANTONIO LUIGI NEGRO
ELCIENE RIZZATO AZEVEDO
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA
JULIANA BARRETO FARIAS
(ORG.)

O ESCRAVISMO DE PONTA-CABEÇA
A FORÇA DAS SENZALAS, RACIALIZAÇÃO,
CLASSE E PATERNALISMO

Es19 O escravismo de ponta cabeça : a força das senzalas, racialização, classe e paternalismo / organizadores : Felipe Azevedo e Souza ... [et al.] – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2026.

1. Escravidão. 2. Paternalismo. 3. Pessoas escravizadas -
Emancipação. 4. Trabalho. I. Souza, Felipe Azevedo e, 1987-.

CDD – 306.362
– 303.32
– 331.13

ISBN: 978-85-268-1873-6

Copyright © by Organizadores
Copyright © 2026 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.



Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br



COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS

A COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS divulga estudos sobre a produção de diferenças e desigualdades na perspectiva da história social. Os livros autorais e as coletâneas resultam de pesquisas relacionadas aos projetos desenvolvidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (www.unicamp.br/cecult).

VOLUMES PUBLICADOS

- 1 – ELCIENE AZEVEDO. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.*
- 2 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.*
- 3 – FERNANDO ANTONIO MENCARELLI. *Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo.*
- 4 – WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).*
- 5 – SUEANN CAULFIELD. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).*
- 6 – JAIME RODRIGUES. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).*
- 7 – CARLOS EUGÊNIO LÍBANO SOARES. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).*
- 8 – EDUARDO SPILLER PENA. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871.*

- 9 – JOÃO PAULO COELHO DE SOUZA RODRIGUES. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*.
- 10 – ALEXANDRE LAZZARI. *Coisas para o povo não fazer. Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*.
- 11 – MAGDA RICCI. *Assombrações de um padre regente. Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*.
- 12 – GABRIELA DOS REIS SAMPAIO. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*.
- 13 – MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA (org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaio de história social da cultura*.
- 14 – SILVIA CRISTINA MARTINS DE SOUZA. *As noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*.
- 15 – SIDNEY CHALHOUB, VERA REGINA BELTRÃO MARQUES, GABRIELA DOS REIS SAMPAIO e CARLOS ROBERTO GALVÃO SOBRINHO (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de história social*.
- 16 – LIANE MARIA BERTUCCI. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*.
- 17 – PAULO PINHEIRO MACHADO. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*.
- 18 – CLAUDIO H. M. BATALHA, FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA e ALEXANDRE FORTES (org.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*.
- 19 – TIAGO DE MELO GOMES. *Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*.
- 20 – EDILENE TOLEDO. *Travessias revolucionárias. Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*.
- 21 – SIDNEY CHALHOUB, MARGARIDA DE SOUZA NEVES e LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA (org.). *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*.
- 22 – SILVIA HUNOLD LARA e JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA (org.). *Direitos e justiça no Brasil. Ensaio de história social*.
- 23 – WALTER FRAGA FILHO. *Encruzilhadas da liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*.
- 24 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*.
- 25 – VALÉRIA LIMA. J.-B. Debret, historiador e pintor. *A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*.

- 26 – LARISSA VIANA. *O idioma da mestiçagem. As irmandades de pardos na América Portuguesa.*
- 27 – FABIANE POPINIGIS. *Proletários de casaca. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911).*
- 28 – ENEIDA MARIA MERCADANTE SELA. *Modos de ser, modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850).*
- 29 – MARCELO BALABAN. *Poeta do lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888).*
- 30 – VITOR WAGNER NETO DE OLIVEIRA. *Nas águas do Prata. Os trabalhadores da rota fluvial entre Buenos Aires e Corumbá (1910-1930).*
- 31 – ELCIENE AZEVEDO, JEFFERSON CANO, MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA e SIDNEY CHALHOUB (org.). *Trabalhadores na cidade. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX.*
- 32 – ELCIENE AZEVEDO. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismos na província de São Paulo.*
- 33 – DANIELA MAGALHÃES DA SILVEIRA. *Fábrica de contos. Ciência e literatura em Machado de Assis.*
- 34 – RICARDO FIGUEIREDO PIROLA. *Senzala insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832).*
- 35 – LUIGI BIONDI. *Classe e nação. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920.*
- 36 – MARCELO MAC CORD. *Artífices da cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista.*
- 37 – JOANA MEDRADO. *Terra de vaqueiros. Relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1990.*
- 38 – THIAGO MORATELLI. *Operários de empreitada. Os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914).*
- 39 – ÂNGELA DE CASTRO GOMES e FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história. Os direitos dos trabalhadores no Brasil.*
- 40 – MARCELO MAC CORD e CLAUDIO H. M. BATALHA (org.). *Organizar e proteger. Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX).*
- 41 – IACY MAIA MATA. *Conspirações da raça de cor. Escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881).*

- 42 – ROBÉRIO S. SOUZA. *Trabalhadores dos trilhos. Imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*.
- 43 – ANA FLÁVIA CERNIC RAMOS. *As máscaras de Lélío. Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*.
- 44 – LARISSA ROSA CORRÊA. *Disseram que voltei americanizado. Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*.
- 45 – JACIMARA SOUZA SANTANA. *Médicas-sacerdotisas. Religiosidades ancestrais e contestação ao sul de Moçambique (c. 1927-1988)*.
- 46 – ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO. *Escritos de liberdade. Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*.
- 47 – LUCILENE REGINALDO e ROQUINALDO FERREIRA (org.). *África, margens e oceanos. Perspectivas de história social*.
- 48 – THIAGO LEITÃO DE ARAUJO. *Rastilhos da mina. Conspirações escravas, o Rio da Prata e a abolição do tráfico de africanos no Brasil*.
- 49 – JOICE OLIVEIRA. *Quando arrebetam os nós. Histórias de homens e mulheres enredados pelo tráfico interno (1850-1888)*.
- 50 – FELIPE AZEVEDO E SOUZA, ANTONIO LUIGI NEGRO, ELCIENE RIZZATO AZEVEDO, FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA E JULIANA BARRETO FARIAS (ORG.). *O escravismo de ponta-cabeça: A força das senzalas, racialização, classe e paternalismo*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
--------------------	----

PARTE I – AS TREDAS SENZALAS

CAPÍTULO 1. UM MERCADO PECULIAR DE CAPITAL: "CATIVOS-AÇÕES" E "AÇÕES DE CATIVOS" NA DERRUBADA DA ESCRAVIDÃO: BRASIL, C. 1860 A 1888	25
---	----

ROBERT W. SLENES

CAPÍTULO 2. TREDAS SENZALAS: A DEVASSA DO LEVANTE DE 1816 NO CASSARANGONGO, QUIBACA E CABAXI, ENGENHOS DE AÇÚCAR EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (BAHIA)	89
--	----

ANTONIO LUIGI NEGRO

CAPÍTULO 3. "QUEM MATA DEVE MORRER"? REBELDIA ESCRAVA, GÊNERO E CONTROLE PENAL NO RECÔNCAVO BAIANO	135
---	-----

ELCIENE RIZZATO AZEVEDO E JULIANA BARRETO FARIAS

CAPÍTULO 4. A GREVE GERAL NAS PLANTATIONS E O FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	197
--	-----

FELIPE AZEVEDO E SOUZA

PARTE II – LIBERDADE, IGUALDADE E INSURGÊNCIA EM TEMPOS BELIGERANTES

CAPÍTULO 5. "NEM A EXCLUSÃO ABSOLUTA, NEM A ABSOLUTA IGUALDADE": RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS EM CUBA (1844-1867)	243
--	-----

IACY MAIA MATA

CAPÍTULO 6. NAS TRINCHEIRAS INTERNAS, CRESCEM OS QUILOMBOS: ATIVISMO NEGRO DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI	275
<i>ISADORA MOURA MOTA</i>	

PARTE III – A REPRODUÇÃO E A PERSISTÊNCIA DO ESCRAVISMO

CAPÍTULO 7. EXPERIÊNCIAS MATERNAS NA ESCRAVIDÃO E NA LIBERDADE (SANTIAGO DO IGUAPE, BAHIA, ANOS 1830).....	313
<i>KATHERINE HOLT</i>	

CAPÍTULO 8. QUEM ERAM OS TRABALHADORES DO CAFÉ NAS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO? ESCRAVIZADOS, IMIGRANTES E NACIONAIS EM SÃO PAULO EM 1886-1887	359
<i>RENATO PERIM COLISTETE</i>	

PARTE IV – REMISSIVAS SENZALAS

CAPÍTULO 9. OS VESTÍGIOS DO LAR: PATERNALISMO, HERANÇA E TRABALHO DOMÉSTICO EM BUENOS AIRES	411
<i>MAGDALENA CANDIOTI</i>	

CAPÍTULO 10. REINVENÇÃO DO PATERNALISMO: MEMÓRIAS DA ABOLIÇÃO, DESORGANIZAÇÃO DO TRABALHO RURAL E NOSTALGIA DO ENGENHO	443
<i>FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA</i>	

SOBRE OS AUTORES.....	505
-----------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Este livro apresenta um consistente panorama da renovação dos estudos sobre a escravidão. Os capítulos aqui reunidos refletem sobre processos de racialização, experiências de classe e dinâmicas de gênero forjadas no conflituoso universo das relações sociais sob o escravismo em diferentes espaços das Américas ao longo do século XIX. Trata ainda de suas marcas persistentes no pós-abolição, com análises que avançam até o século seguinte. Por meio de um variado conjunto de abordagens metodológicas, a escravidão é analisada em perspectiva relacional com o objetivo de evidenciar como africanos, africanas e seus descendentes no Novo Mundo inventaram estratégias de enfrentamento às estruturas do cativeiro e sobreviveram a ele. As reflexões tratam de tópicos distintos que convergem para o espaço nodal do escravismo: as senzalas.

“Senzalas tredas”, isto é, senzalas traiçoeiras. Foi assim que João Maurício Wanderley, neto do Barão de Cotegipe, registrou a percepção do avô sobre as habitações que compunham a paisagem de um Recôncavo baiano então sobressaltado por um ciclo de insurreições escravas.¹ A desconfortável apreensão senhorial manifestada na ideia de traição encontra correspondência em uma profusão de relatos de homens da mesma posição social em outros espaços do Atlântico escravista. Julius Scott, em sua obra clássica, por exemplo, colhe o depoimento de um proprietário de escravizados na Jamaica atônito com o “modo desconhecido de compartilhamento de conhecimento entre os negros”.² Em seu pioneiro esforço interpretativo, Scott legou sentido àquilo que na perspectiva da casa-grande era “desconhecido”. Elaborando uma cartografia de estratégias e redes rebeldes que conectavam fazendas no Caribe a portos espalhados pelos principais centros industriais da época, ele reinterpretou a Era das Revoluções a partir de baixo. Michel-Rolph Trouillot também mostrou o quão impensável a Revolução Haitiana foi para sua época, pois, dentro do quadro referencial e das premissas

políticas em que raça, escravidão e colonialismo eram pensados, não havia espaço para a hipótese de que escravos pudessem se combinar para colocar em movimento uma revolução e um Estado moderno negro.³ Guardadas as proporções, de forma semelhante, o presente livro toma de empréstimo o que aparecia como mera traição na linguagem senhorial para dotar as “senzalas tredas” de sentidos generativos, como espaços criadores de projetos políticos e articuladores de formas de resistência que, se eram reconhecidos pelos senhores, permaneciam muitas vezes impensáveis como experiências coletivas estruturadas e com objetivos próprios.

A ênfase na agência escrava, articulada com livres e libertos, que se pronuncia na maior parte das narrativas deste livro, contrasta com tendências historiográficas recentes que abordaram o escravismo e a abolição por meio de análises em que o papel político dos próprios escravizados restou ignorado ou relegado a predicado reativo.⁴ É certo que as tredas senzalas aqui abordadas estavam conectadas por cadeias globais de produção e estratégias de controle voltadas ao trabalho disciplinado. No entanto, elas eram ocupadas por indivíduos que, se por um lado, moviam esses sistemas produtivos e sofriam suas torturas e privações, por outro, também os moldavam, na medida em que agiam ao mesmo tempo que criavam redes e fluxos informacionais próprios e saberes ancestrais ladinamente reelaborados.

Ganham aqui particular ênfase as relações entre raça e classe, sobretudo nos mundos do trabalho rural, dos engenhos de açúcar, das fazendas de café e dos espaços domésticos das casas-grandes. As contribuições neste volume convergem para a percepção de que raça e racismo, conforme argumenta Thomas Holt, são construções sociais historicamente contingentes que, desde o século XVI, só fazem sentido quando associadas aos regimes político-econômicos alicerçados em formas específicas de exploração do trabalho, sempre racializadas, tanto na escravidão quanto na liberdade. Do mesmo modo, raça e racismo estão articulados com a formação dos Estados-nação e das identidades nacionais, ou seja, são elaborados artefatos políticos e culturais que se constituíram nas e pelas conexões atlânticas de uma vasta mercantilização da força de trabalho absorvida pelas economias de *plantation*. Nesse

sentido, raça, racismo, gênero, regimes de trabalho e nacionalidade estão aqui intrinsecamente entrelaçados.⁵

Além disso, alternando métodos microanalíticos e abordagens seriais, os capítulos dialogam entre si com o intuito de indicar como o acúmulo de ações locais comuns poderia acelerar ou retardar mudanças históricas no quadro maior das estruturas sociais. Ao tratarem de tópicos diferentes sob ângulos particulares, os textos indicam o mundo do escravismo em transformação multidimensional contemplando perspectivas que tratam do doméstico e do transnacional, da acomodação e do conflito, da luta de classes e do paternalismo. Inspirado na observação de Christopher Hill de que “o mundo podia ser posto de ponta-cabeça” durante momentos de crise e reinvenção social, o livro sugere que as estruturas do escravismo também foram, em seu tempo, ameaçadas, fraturadas e reimaginadas por múltiplas vozes subalternas, desafiando a percepção de que os rumos da história obedeciam a uma ordem desde sempre predefinida e inelutável. Não foram poucas as vezes que escravizados, livres e libertos vislumbraram “a ideia de que o mundo pudesse ser invertido de modo *permanente*” [grifo do original].⁶ Sem se limitar a díades essencialistas, o volume apresenta em seu conjunto o caráter multifatorial da experiência dos agentes históricos e acaba por reinterpretar momentos-chave da história da escravidão e do pós-abolição.

Cabe apresentar aos leitores os capítulos que compõem o volume e explicitar seu encadeamento lógico, com as diversidades temática, temporal e geográfica abordadas. São dez capítulos divididos em quatro partes que obedecem a uma lógica interna, o que não quer dizer que as pesquisas reunidas neste livro não estabeleçam outros diálogos transversais possíveis, seja por aproximação de categorias de análise, temporalidades ou procedimentos de pesquisa.

Os textos da primeira seção, intitulada “As tredas senzalas”, apresentam perspectivas inovadoras que atualizam uma temática clássica da historiografia: a rebeldia escrava com foco na agência dos escravizados. Acompanhamos as tredas senzalas em plena ebulição, com articulações que extrapolavam as porteiras de engenhos e fazendas, acionando

conexões interprovinciais e atravessando-se nas decisões da alta política e nas variações do mercado. No rebelde Recôncavo baiano e muito além dele, africanos escravizados das nações nagô, jeje, tapa ou haussá – e, mais tarde, seus filhos e netos – urdiram diferentes laços nas senzalas, nos canaviais, em caminhos que cruzavam propriedades e rios. Nessas conexões, confiança, amizade, parentesco, classe, gênero, religião e etnicidade se imbricavam e eram fundamentais para a convivência (ou sobrevivência) cotidiana. A retomada dessa perspectiva centrada na agência nos permite conceber o potencial transformador dos incêndios de lavouras e casarões senhoriais em ações que impactavam diretamente as expectativas sobre o futuro da escravidão e sua rentabilidade.

Essa seção se inicia com o capítulo de Robert Slenes. Como um abreviatura da coletânea, seu texto articula algumas das questões fundamentais exploradas ao longo do livro. Slenes aborda o sistema escravista no desenvolvimento do capitalismo global, destacando a flutuação dos preços de homens e mulheres no mercado de “capital humano” no Brasil como um termômetro e, ao mesmo tempo, fator determinante das transformações sociais e políticas experimentadas na segunda metade do século XIX. O autor examina o grau de sensibilidade e reação do mercado de escravizados aos sinais de instabilidade do sistema, assim como aprofunda aspectos pouco explorados de momentos-chave da política nacional, como a década de 1860. Nesse momento, os proprietários-investidores também interpretaram eventos externos, como o fim da Guerra Civil Americana, a questão Christie e a Guerra do Paraguai, e internos, como o adensamento do abolicionismo nas ruas e nos tribunais que poderia minar a segurança de seus investimentos. Assim, buscaram intervir na regulação desse mercado, mantendo-o vigoroso, pressionando e votando leis no Parlamento capazes de tranquilizar os ânimos dos compradores, de modo a oferecer alguma certeza sobre o futuro e a rentabilidade de seus investimentos em “cativos-ações”. Um mercado “otimista” dependia da sobrevivência da escravidão, ou melhor, da crença na sobrevivência, mantendo a perspectiva do seu fim em um futuro distante.

Mas esse jogo político não ficou restrito à esfera do alto escalão do Estado. O autor demonstra como os “cativos-ações” fizeram sua própria interpretação das flutuações e tendências do mercado sobre seus preços e, de fato, agiram sobre ele. Ao tratar o sistema escravista não

apenas como relação de trabalho, mas como “sistema de propriedade” e parte importante do mercado, Slenes ressalta esse caráter peculiar de seu capital, cujo investimento acionário era em “propriedade humana”. Diante de um mercado tão suscetível às expectativas futuras, qualquer movimento pessoal em direção à liberdade adquiria, no coletivo, importância política, justamente por impactar os preços dos cativos e, nos anos 1880, tornar esse mercado menos atraente para investimentos futuros.

A sofisticada interpretação de Slenes sobre as flutuações no preço dos escravos no mercado interno como parâmetro da “saúde do sistema escravista” e sua derrocada nos leva a refletir sobre o caráter relacional do escravismo. Abordagem visitada ao longo do livro por meio de diversas instâncias nas quais a luta de classes e a reivindicação de igualdade, em mundos do trabalho fortemente racializados e marcados pelas desigualdades de gênero, foram travadas não segundo leis estruturais gerais, mas em seus próprios termos.

Foi assim em 1816, conforme revela o capítulo escrito por Antonio Luigi Negro. Em meio à onda de revoltas escravas que sacudiu o Recôncavo naquele princípio do Oitocentos, cativos de diferentes localidades invadiram engenhos, libertaram escravizados, colocaram fogo em plantações e casas-grandes, atacaram pessoas e moradias nas vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro, principais centros canavieiros da província baiana. Durante quatro dias, “negros” se “levantaram” em pelo menos 12 engenhos. A análise do levante, até hoje pouco conhecido pela historiografia, é realizada através de fonte inédita, uma *devassa* que traz os depoimentos de 30 testemunhas que apresentam os acontecimentos por meio de densa descrição de estratégias e ações dos escravizados e libertos implicados na revolta. A documentação oferece elementos para a compreensão da ideologia senhorial, da mobilidade de homens e mulheres em pleno cativo, das aproximações e dos conflitos entre africanos (de diferentes nações) e crioulos, além dos laços de família, etnia, religiosidade e classe que envolviam as comunidades de senzala.

Mais de 60 anos depois, outra conspiração de cativos explodiu em São Francisco do Conde, como analisam Elciene Rizzato Azevedo e Juliana Barreto Farias. Escravizados do engenho Itatingui, liderados

pelo feitor-mor (também cativo), mataram o senhor Alexandre Gomes Ferrão de Argollo. A pressão da elite açucareira baiana culminou em punição exemplar e célere. Em menos de dois meses, a maioria dos réus foi condenada à forca. Os recursos de graça, interpostos em 1879, arrastaram-se até meados da década de 1880, gerando extenso conjunto documental que, na abordagem das autoras, nos informa sobre as redes de solidariedade nas senzalas e as motivações do crime na perspectiva dos escravizados. Entre essas motivações, estaria o fato de Alexandre Argollo “entreter relações ilícitas” com mulheres e parentes dos escravizados. Diante desses indícios, ao aprofundarem as relações entre gênero, trabalho e protesto, Azevedo e Farias questionam: como as rebeliões seriam avaliadas se o estupro, a agressão sexual ou o controle da natalidade também fossem vistos como essenciais para a organização, o formato e o resultado das “insurgências de escravos”?

Arrematando esse bloco de capítulos, o “estado geral de insubmissão na massa cativa” que se espalhava pelo país na década 1880 é esmiuçado no texto de Felipe Azevedo e Souza. Com o olhar voltado para as paralisações e fugas desencadeadas nas senzalas dos principais núcleos de produção de açúcar e café, o capítulo evidencia a ação articulada dos escravizados em luta pelo fim da escravidão no Brasil. Ao elaborar uma interpretação do abolicionismo *from below*, a análise leva em consideração os termos e reivindicações trabalhistas dos cativos em mobilização coletiva que, em fins de 1887 e no início do ano seguinte, ganha forma como uma *greve geral de escravizados* responsável por radicalizar o movimento abolicionista e acelerar o ritmo da abolição no país.

Na seção seguinte, “Liberdade, igualdade e insurgência em tempos beligerantes”, dois capítulos voltam à análise do conturbado cenário internacional do continente americano em meados do século XIX e captam a circulação de suas notícias pelos engenhos, fazendas, quilombos e comunidades de homens livres de cor. As autoras – Iacy Maia Mata e Isadora Moura Mota – percebem os impactos mais amplos das guerras ao norte e ao sul da América em meados do século, indicando como noções de raça, articuladas à reivindicação de direitos, circularam para além de fronteiras nacionais e informaram a luta política dos trabalhadores negros, livres e escravizados na conformação dos Estados-nação.

Iacy Maia reconstrói o ambiente político da ilha de Cuba em um momento de violenta repressão do governo espanhol, entre os anos de 1844 e 1868 – balizas temporais que marcaram, de um lado, a repressão conhecida como *La Escalera*, como resposta às insurgências escravas que irromperam nos engenhos da ilha; de outro, a Guerra de Secessão (1861-1865) e a abolição da escravidão estadunidense. Nesse cenário de agitações transnacionais, a autora analisa a atuação dos “homens livres de cor” por meio de seus protestos e processos jurídicos contra dispositivos legais e práticas sociais que, na ausência de uma legislação colonial abertamente segregacionista, sustentaram de forma mais ou menos explícita as distinções e discriminações raciais estabelecidas pela Coroa espanhola na ilha. Esse movimento, internamente bem orquestrado e conectado com o imaginário político do período da reconstrução nos Estados Unidos, contribuiu para aflorar na esfera pública cubana “uma nova linguagem de cidadania pautada na igualdade racial”, argumenta Maia.

Se o desenrolar da guerra estadunidense foi acompanhado de perto pela população cubana, ao sul do continente os boatos sobre o fim da escravidão nos EUA e as notícias que vinham do *front* da guerra contra o Paraguai (1864-1870) também alimentaram o sonho de igualdade no Império do Brasil. O capítulo de Isadora Moura Mota observa o crescimento dos quilombos brasileiros em sintonia com as notícias que chegavam ao Brasil sobre esses eventos e outros ocorridos na década de 1860. Em leitura bastante inovadora desse contexto, a autora mostra os efeitos da circulação de boatos, informações e ideias políticas vindas de além-mar no recrudescimento do ativismo quilombola, movimento relacionado nesse texto ao abolicionismo negro. Mota demonstra como quilombolas em diversas partes do Império construíram seus próprios significados geopolíticos do conflito ocorrido no Sul, beneficiaram-se das divergências entre a classe senhorial no momento de crise e planejaram insurreições na esteira dos debates sobre o futuro da escravidão no Atlântico.

Na parte III, “A reprodução e a persistência do escravismo”, são apresentadas análises elaboradas através de métodos quantitativos. São dois capítulos que tratam dos efervescentes centros produtivos das regiões de *plantation* de café em São Paulo e cana-de-açúcar na Bahia. Por meio de abordagem serial, as pesquisas respondem a questões clássicas da

historiografia e problematizam interpretações consolidadas sobre as relações de maternidade nas senzalas e a perpetuação do trabalho escravo nos modernos cafezais paulistas até os momentos finais do escravismo.

A seção se inicia com o texto de Katherine Holt sobre a experiência da maternidade no Recôncavo baiano da década de 1830, quando se produziram os primeiros censos domiciliares na província da Bahia. A partir da abordagem demográfica em região de alta concentração de africanos, o capítulo parte do questionamento da naturalização sobre a formação de extensas famílias com alta taxa de natalidade no período, costume que teria sido adotado para garantir braços destinados à manutenção da produtividade da lavoura canavieira. Em perspectiva interseccional, a autora pergunta se a experiência de ser mãe e o destino das crianças sofreram variações quando observados a partir de critérios como raça, *status* social e jurídico das mulheres na sociedade açucareira do Recôncavo baiano. O capítulo mostra como as condições impostas pelo trabalho forçado e a violência da exploração sob o cativo moldaram a experiência de maternidade das escravizadas, além de buscar entender as perspectivas das crianças nascidas nas mesmas circunstâncias. Os registros de batismo permitem à autora adentrar as senzalas e investigar as estratégias parentais que forjavam redes de apoio social e econômico para que seus filhos, nascidos em cativo, pudessem alçar melhores condições de vida.

Renato Perim Colistete também lança mão de dados seriais e do método quantitativo para aprofundar um problema tão clássico quanto fundamental para entender a expansão cafeeira na província de São Paulo nos anos finais do escravismo: quem, afinal, eram os trabalhadores dos cafezais? A falta de dados precisos sobre as diversas categorias de trabalhadores empregados nas fazendas de café tem alimentado respostas variadas para essa questão. Por muito tempo se difundiu a ideia de que, ao contrário do que ocorreu no Vale do Paraíba paulista, antiga área de cafeicultura que teve sua produção impulsionada quase exclusivamente por escravizados, a expansão do café para o centro-oeste da província diversificou o trabalho nas fazendas a ponto de o colono europeu ter substituído o trabalhador escravo. Tal perspectiva atribuiu aos cafeicultores do Oeste paulista a agência da modernização, do progresso e do desapego à escravidão. Colistete, no entanto, demonstra

que os fazendeiros do Oeste ainda eram fundamentalmente dependentes dos braços escravizados. Sua pesquisa acaba por superar em definitivo a “teoria da substituição do trabalho escravo pelo livre”, apontando para as incertezas vividas por esses sujeitos, proprietários de terra e trabalhadores, diante da crise do mercado de trabalho em período de franca decadência da instituição escravista, afrontada pela insubordinação escrava e pela atuação do movimento abolicionista radical nos cafezais paulistas.

Se os capítulos iniciais do livro tomam as insurgências escravas como contraponto à política de domínio senhorial, os textos da última seção, “Remissivas senzalas”, investigam como no pós-abolição o paternalismo senhorial, desafiado muitas vezes de forma violenta pelos escravizados no processo de conquista da emancipação, ganha novos contornos em sociedades que se reestruturaram sobre o trabalho livre. Desfeitas as hierarquias de classe e raça sustentadas pelo escravismo, é na memória, por vezes afetiva ou nostálgica, do paternalismo senhorial que os autores observam novos significados atribuídos aos direitos e deveres entre patrões e seus trabalhadores na busca de um novo ordenamento social.

No capítulo que abre a seção, Magdalena Candiotti problematiza as permanências de uma concepção senhorial das relações de trabalho, deslocando-se para o âmbito da política do lar, na Argentina pós-emancipação. A autora acompanha uma história familiar de cuidadoras domésticas egressas da escravidão, rememorada por um homem de elite na Buenos Aires do século XIX. Candiotti explora os pressupostos raciais e de classe que informaram a narrativa saudosa de um paternalismo senhorial “benevolente” de tempos passados. No cruzamento da memória patronal com os testamentos deixados pelas cuidadoras, o trabalho trata das ambiguidades afetivas e das complexidades econômicas enfrentadas por essas mulheres afrodescendentes, que permaneceram por várias gerações servindo à mesma família. Mostra ainda como as relações de trabalho doméstico no pós-abolição argentino seguiram a cartilha de uma integração social subordinada e tutorada dos egressos da escravidão, reordenaram hierarquias e diferenças raciais que concorreram para limitar a essas trabalhadoras o acesso a direitos básicos, como o pagamento por seus serviços, e à plena cidadania.

Por caminhos muito semelhantes, Fernando Teixeira da Silva aborda a construção de seletiva memória senhorial da escravidão em relatos autobiográficos, nos chamados “romances regionalistas” e em ensaios sociológicos que tinham os engenhos de açúcar do Nordeste como foco e modelo paternalista de amparo ao trabalhador rural no pós-abolição. O autor mostra como essa memória sustentou a interpretação histórica da influência negativa da abolição no desenvolvimento da agricultura nacional e pautou em grande medida o debate sobre a regulação pública das relações de trabalho no campo nas décadas de 1930 e 1940. A noção de “desorganização do trabalho” gerada pela derrocada da escravidão estava eivada de uma leitura racializada sobre o trabalhador rural, tomando-o como ser despreparado e inferior, de modo a favorecer o exercício do poder privado no controle das relações de trabalho no campo. O capítulo investiga os efeitos deletérios da manutenção dessa ideologia e prática social sobre o reconhecimento e a regulamentação dos direitos do trabalhador rural no pós-1930.

Ao abordarem as sobrevidas do escravismo em tempos de pós-abolição, os dois capítulos finais da coletânea pontuam a força desse sistema de exploração e sua capacidade de reinvenção e perpetuação nos termos de outras relações raciais, de classe e de gênero. A análise de suas reminiscências lega ainda mais vigor aos conflitos narrados nos capítulos anteriores, quando homens e mulheres enfrentaram essas estruturas no apogeu de seu funcionamento. São estudos que não se voltam, no entanto, ao mero reconhecimento do poder descomunal ora enfrentado pelos subalternos enfocados. Ao contrário, visam compreender como, no emaranhado de diferentes lutas coletivas, os de baixo forjaram valores de igualdade e liberdade em trajetórias que fornecem subsídios eloquentes para o entendimento das dinâmicas da escravidão no século XIX.

Este livro é fruto do projeto de pesquisa coletivo intitulado “Tredas senzalas”, financiado pelo edital CNPq/MCTI/FNDCT n. 18/2021 – Universal (processo 408002/2021-2). A equipe interinstitucional responsável pela organização do projeto é composta por Antonio Luigi